



# Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional

**ANA DUBEUX**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

**MARCELA PEIXOTO BATISTA**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as práticas dos movimentos de agroecologia e de economia solidária na conquista do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. Nem sempre possuindo as mesmas estratégias de ação, tais movimentos se encontram nos diferentes territórios de atuação para se fortalecer mutuamente e lutar pela consecução de objetivos que favoreçam a luta camponesa pelos direitos humanos. A territorialidade reúne objetivos e propostas, enredando as diferentes iniciativas na construção de mercados econômicos solidários. As práticas de comercialização por meio da organização dos chamados circuitos curtos de comercialização, que se manifestam em feiras, organização de grupos de consumo e de redes de comercialização solidária, indicam que esta é a estratégia capaz de contribuir para a consecução do direito a uma alimentação saudável, tanto para aqueles que a produzem como para a sociedade em geral.

**Palavras-chave:** Economia solidária. Agroecologia. Movimentos sociais. Direitos humanos. Soberania alimentar e nutricional.

## AGROECOLOGY AND SOLIDARITY ECONOMY: A NECESSARY DIALOGUE FOR THE CONSOLIDATION OF FOOD AND NUTRITIONAL SOVEREIGNTY AND SECURITY HUMAN'S RIGHT

## ABSTRACT

This article aims to analyze the practices of agroecology and solidarity economy movements in the conquest of the right to food and nutritional sovereignty and security. These movements not always have the same strategy, complement each other by acting in different territories to strengthen each other and fight for the achievement of

objectives that favor the peasant struggle for human rights. Territoriality brings together objectives and proposals, entangling the different initiatives in the construction of solidarity economic markets. The marketing practices through the organization of the so-called short circuits of trade that are manifested in fairs, organization of consumption groups and solidarity marketing networks. This strategy is capable to contribute to enhance food quality and health, both for producers and for the society as a whole

**Keywords:** Solidarity economy. Agroecology. Social movements. Human rights. Food and nutritional sovereignty.

## INTRODUÇÃO

O atual cenário político internacional e brasileiro, com o avanço de políticas de corte neoliberal, obriga os movimentos sociais a seguir com afinco o trabalho junto aos grupos e coletivos tanto urbanos como rurais para continuar enraizando sua ação política nos territórios. A tomada do poder pelas forças reacionárias na política brasileira após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, com especial atenção para a bancada ruralista, coloca em cheque a capacidade dos movimentos sociais do campo e de agricultores e agricultoras familiares de fortalecer e aperfeiçoar seus processos de resistência no âmbito comunitário.

Poucas são as análises que buscam relacionar os temas centrais de nosso artigo, quais sejam, a economia solidária, a agroecologia e o Direito Humano à Alimentação a partir do olhar da soberania e segurança alimentar e nutricional. Nossa escolha foi de basear esta reflexão na atuação dos movimentos sociais de agroecologia e de economia solidária, no sentido de compreender como o conteúdo da soberania e segurança alimentar e nutricional transversalizam suas estratégias de ação e prioridades.

A agroecologia e a economia solidária se apresentam com mais força como alternativas realizáveis por parte dos sujeitos do campo e da cidade. Guardadas algumas diferenças em relação à dimensão organizativa desses sujeitos, ambos os movimentos se comunicam em boa parte das práticas, principalmente no que se refere aos processos de construção de mercados agroecológicos e solidários e às estratégias de garantir o Direito Humano à Alimentação de indivíduos e comunidades, tanto no campo como na cidade.

Ainda que ambos os conceitos se apresentem em realidade como multifacetados, o que pode levar a diferenças na interpretação epistemológica dos fenômenos, nossa premissa é que as variações possíveis se referem principalmente às matizes relacionadas à prática nos territórios, já que tanto a agroecologia como a economia solidária questionam profundamente a ordem capitalista vigente. Nesse sentido, iniciaremos este artigo com algumas considerações de base teórica e mais adiante centraremos nossa análise em questões práticas. O artigo se organiza, portanto, a partir de uma perspectiva macropolítica, sem esquecer as práticas existentes nos territórios por parte dos diferentes sujeitos em seus respectivos papéis.

Ressalte-se que o presente artigo baseia-se no Capítulo I da tese doutoral de Peixoto<sup>1</sup> defendida em janeiro de 2016. A partir de um estudo de caso, a tese trata as experiências de construção de mercados solidários a partir das estratégias de comercialização fomentadas tanto nos espaços de agroecologia como nos espaços de economia solidária e que tem por objetivo a consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada.

O artigo será organizado em três partes principais. Na primeira parte estaremos **Aproximando conceitos e práticas**, em que discutiremos os conceitos de agroecologia e economia solidária, buscando compreender como estes se relacionam na prática através da concretização do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. Aqui explicitamos o nosso olhar sobre essa relação entre os conceitos e as práticas a partir da relação que os movimentos sociais estabelecem entre estes últimos.

Na segunda parte, **O território como lugar de articulação das práticas** faremos uma pequena incursão sobre a temática do território como elemento de aglutinação dos sujeitos sociais dos movimentos de agroecologia e economia solidária na luta cotidiana para garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional. Compreendendo o território como lugar de construção de identidades, apontamos como essencial a articulação das práticas dos diferentes sujeitos no sentido da construção dos chamados mercados econômicos solidários e do direito a uma alimentação saudável.

Finalmente, na terceira parte, buscaremos analisar **A construção de mercados econômicos solidários e sua relação com a conquista do Direito Humano à Alimentação** como elemento central da articulação das práticas de economia solidária e agroecologia. Retomaremos aqui a crítica que ambos os movimentos fazem ao mercado capitalista como sinônimo de desigualdade e exclusão, e buscaremos analisar, em que pesem as nuances, as convergências dos movimentos em torno da necessidade de construção de mercados econômicos solidários como elemento fundamental na conquista do direito a uma alimentação saudável.

1 PEIXOTO, Marcela. La construcción de mercados solidarios de base campesina y la garantía del Derecho Humano a la Alimentación. La Comunidad de Marrecos, en Pernambuco- Brasil. 2016. Tese. (Programa de Doutorado Pasado y Presente de los Derechos Humanos). Universidad de Salamanca, Salamanca, España.

## APROXIMANDO CONCEITOS E PRÁTICAS

A economia solidária é um conceito em construção já que a prática dos sujeitos se dá de maneira diversa e em acordo com o contexto sócio-político, econômico e cultural de cada território. Apesar das primeiras iniciativas ligadas ao cooperativismo terem surgido no final do século XIX, início do século XX vinculadas às ideias da economia social (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.58) trazidas da Europa, pode-se afirmar que, no contexto latinoamericano e especialmente no brasileiro, a economia solidária recebe também uma grande influência da economia popular (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.58) apresentando um componente comunitário baseado nas práticas locais, na vivência espontânea da reciprocidade e da gratuidade. No caso do nordeste do Brasil, região de onde procedem as autoras, pode-se dizer também que a economia solidária possui forte vinculação com os modos de vida inerentes ao fazer econômico do campesinato<sup>2</sup> e dos povos indígenas, que se baseiam principalmente na reciprocidade (Dubeux, et all, 2012).

Entretanto, diferente da economia popular e outras economias ditas de “subsistência”, a economia solidária não se limita à “reprodução simples” da vida material. Pretende orientar a “reprodução ampliada” da vida, abrindo a possibilidade de atuação também à disputa dos espaços públicos e dos embates políticos, próprios dos movimentos sociais (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.165).

Há, ainda, algumas interpretações do fenômeno que, sem negar as teses anteriores, afirmam que a economia solidária é um movimento internacionalista que oferece alternativas ao presente modelo de desenvolvimento. Esse movimento, que surge por volta dos anos 1990, toma corpo por ocasião do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2001. Os contornos que ele assume espelham-se nas diferentes formas de interpretação da realidade, cuja variedade de enfoques poderia assemelhar-se muito mais a um mosaico de diferentes atores que possuem suas origens nos processos de resistência de “culturas não hegemônicas”(SOUSA SANTOS, 2002), desvinculando-se de uma visão de desenvolvimento baseado no crescimento infinito, a exemplo da igreja, dos movimentos de luta pela terra, da luta pelo emprego, do sindicalismo, entre outros. “Trata-se da reivindicação da diversidade cultural e da diversidade de formas de produzir e de entender a produção(...)”(SOUSA SANTOS, 2002, p.55). Prevaecem, desse modo, alternativas que promovem o respeito e o

2 Apesar de alguns estudiosos da sociologia camponesa, como Caio Prado Júnior, negarem a existência de uma figura “clássica” de camponês no Nordeste do Brasil devido à prevalência de um sistema de plantation, tendemos a concordar com as teses que afirmam a existência de diferentes tipos camponeses guardadas as diferenças com a noção tradicional de camponês. Para aprofundar o debate ver: VELHO, 1969; CARDOSO, 1979; PALACIOS, 1987; PEIXOTO, 2016, etc.

fomento à diversidade como riqueza fundamental da humanidade e do planeta. Essas alternativas são a diversidade de culturas, de espécies, de alimentos e de modos de produção, a partir de um ponto de vista holístico e em consonância com a natureza.

Vale ressaltar ainda o papel da economia solidária no contexto econômico atual e sua relação com o Estado e o sistema capitalista. Por mais que existam interpretações do fenômeno que a limitam, às vezes como uma estratégia de inclusão produtiva de pobres e excluídos, às vezes como uma economia de trabalho incapaz de redimensionar o binômio economia sociedade em termos profundos (GAIGER, 2007, p.79-109), abundam outras tantas construções teóricas e práticas que a defendem como estratégia para a superação do capitalismo<sup>3</sup>. Nisso radica uma questão transcendental, que é a construção de um “sistema orgânico” (CORAGGIO, 2011, p.155), fundamentado na associação, cooperação, solidariedade, autogestão e no exercício radical da democracia e respeito pela natureza.

Apesar do acúmulo no debate público sobre a temática, é difícil definir de modo restritivo os princípios que compõem a base filosófica da economia solidária, sob pena de cometer alguma injustiça e subtrair da análise certos fundamentos importantes do que ocorre na prática. Ainda que de modo geral se trate de um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores de cooperação, de partilha, de reciprocidade e de solidariedade, e organizado de forma autogestionada a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, seu objetivo é emancipar a capacidade cognitiva, criativa e libertar o tempo de trabalho das pessoas daquelas atividades restritas à sobrevivência material (ARRUDA, 2003, p.232-242).

Em todo caso, e, ao estar presente em diversos países, o que leva a desenlaces contextuais também diferentes, os princípios específicos podem variar um pouco, mas coincidem em aspectos fundamentais com o fato de que é uma modalidade de integração econômica centrada **nas pessoas, no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável, socialmente justo, visando a satisfação das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, constituindo-se como o fundamento de uma globalização humanizadora e contribuindo à dignidade de vida das gerações presentes e futuras**<sup>4</sup>.

3 SINGER, ( 2002, 2012);  
CORAGGIO, (2011, 2012);  
SOUSA SANTOS, (2002),  
HESPANHA (et al) (2011);  
MEDEIROS(et al).(2003);  
ARRUDA, (2003);  
DUBEUX (et al.) (2012).

4 Fizemos um exercício de síntese entre os aspectos principais das definições de plataformas do movimento de economia solidária do Brasil (Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES) e da Espanha (Red de Economía Alternativa e Solidaria - REAS)

Trazendo nosso foco de análise para as práticas de articulação política da economia solidária, podemos visualizar uma grande diversidade de bandeiras de diferentes movimentos, tais como o movimento de mulheres, dos povos tradicionais, de luta pela terra e outros movimentos que possuem sua origem no campo, como a agroecologia. É necessário afirmar que no âmbito da economia solidária não estão representados somente aqueles agricultores e agricultoras que trabalham a partir de uma perspectiva agroecológica, embora seja cada vez maior sua presença e o diálogo entre as prioridades estratégicas defendidas pelos dois movimentos.

Entendendo a agroecologia como uma ciência “que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL e COSTABEBER, 2002), podemos afirmar que este também é um conceito polissêmico e em construção. Os sentidos teóricos e práticos que a agroecologia tem assumido indicam, num primeiro olhar, um caminho contra-hegemônico do fazer humano no planeta no que se refere à produção animal e vegetal.

Entretanto, não podemos reduzir a agroecologia à produção animal e vegetal, pois seu significado assume proporções mais amplas na vida dos sujeitos sociais que a defendem. Caporal e Costabeber (2002) indicam que, a exemplo da economia solidária, a agroecologia tem um caráter multidimensional. Para além do não uso de insumos químicos na produção, a agroecologia se diferencia de outros tipos de agricultura de base ecológica por assumir a perspectiva da transformação em diferentes dimensões. E, segundo esses autores, a promoção do desenvolvimento rural sustentável sob a ótica da agroecologia está baseada em seis dimensões:

no marco desse artigo, entendemos que as estratégias orientadas à promoção da agricultura e do desenvolvimento rural sustentáveis devem ter em conta seis dimensões relacionadas entre si, quais sejam: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível) (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p.76)

Essa multidimensionalidade é também encontrada na economia solidária quando propõe a construção de uma estratégia de desenvolvimento baseada na cooperação e na solidariedade dos povos que lutam pelo resgate da relação ser humano-natureza, em que a recuperação e a preservação dos ecossistemas naturais seja o princípio de toda atividade produtiva.

Por sua vez, considera-se que o movimento agroecológico surge no Brasil por volta dos anos 1970, como parte da problemática mais geral das relações da agricultura com o meio ambiente. Diferentes projetos das chamadas agriculturas alternativas passam a compor a agenda de uma série de organizações que reivindicam processos de transformação social, que provocam um debate público sobre a questão que irão, por sua vez, influenciar a publicação, no final da década, do manifesto ecológico brasileiro: “O fim do Futuro?” que por sua vez incidirá uma série de pesquisadores, ecologistas e a comunidade de uma forma geral. (ABREU et al, 2009)

Segundo Brandenburg (2002), o movimento se organiza no Brasil a partir de três grandes fases: i) no primeiro período emerge um movimento nacional contra a

industrialização da produção agrícola; ii) o surgimento de novos grupos e de formas de organização social; iii) a institucionalização da agricultura ecológica, acompanhado por uma diluição parcial de seus princípios. Em seu estágio contemporâneo, é a Articulação Nacional de agroecologia - ANA, criada em 2002, que representa a articulação do movimento em nível nacional. Em termos da centralidade da sua ação, a ANA apresenta algumas temáticas como prioritárias:

entre as suas principais temáticas de atuação estão a construção do conhecimento agroecológico, notadamente nos campos da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), da Educação e da Pesquisa, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com foco prioritário nas sementes locais e nos produtos do extrativismo, a questão do protagonismo das mulheres, o abastecimento e a construção social de mercados, a soberania e segurança alimentar, a reforma agrária e os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, o acesso e a gestão das águas, a agricultura urbana e periurbana, a questão dos agrotóxicos e dos transgênicos, as normas sanitárias para produtos da agricultura familiar, o crédito para financiamento da agricultura familiar e a comunicação.(Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2017).

A centralidade da identidade entre os dois temas está principalmente na crítica que os dois movimentos sociais fazem ao modelo civilizatório imposto pelo capitalismo, que alicerça-se na exploração de seres humanos por outros seres humanos, e na intensa exploração da natureza, transformada em mercadoria. Tanto a economia solidária como a agroecologia, alinham-se numa perspectiva epistemológica contra-hegemônica e de resistência, onde produção, consumo, comercialização, finanças, reciclagem e outras atividades se organizam a partir de outra lógica e estratégia. Trata-se, portanto, de propor inovações socioeconômicas que, imbuídas da necessidade de recuperação e preservação dos recursos naturais, assim como da inclusão, possam construir alternativas que permitam não apenas colocar em cheque o *modus operandi* do capitalismo, mas caminhar na construção de um outro paradigma civilizatório.

Entretanto, o diálogo entre tais movimentos não é tão fácil como poderíamos supor. Existe certa dificuldade por parte de agricultores e agricultoras em reconhecer sua identidade na economia solidária, ainda que a pratiquem diariamente, inclusive nas próprias relações comunitárias cotidianas. Por outro lado também, se analisamos o conjunto dos atores economia solidária não existe consenso sobre a agroecologia como premissa para a prática organizativa de agricultores e agricultoras.

Esse é um campo em disputa dentro do movimento da economia solidária, já que existem vozes cada vez mais potentes defendendo a tese de que as ações necessárias para a consecução de um desenvolvimento sustentável passam pela construção da soberania alimentar, através de uma produção de alimentos agroecológica e não de uma produção em larga escala utilizando agrotóxicos e transgênicos (FBES, 2013).

Nesse sentido, consideramos que a ideia de uma alimentação saudável não é parte de um modismo vinculado àqueles que se utilizam desta estratégia como “buscadores de saúde”. A nossa perspectiva é de priorizar a atuação de consumidores conscientes no âmbito de um mercado justo e solidário, organizado

a partir da articulação de redes econômico-solidárias nos diferentes territórios. Desse modo, quanto mais próximos os produtores dos consumidores, mais possibilidades existem para uma alimentação saudável, maior a qualidade de vida, mais possibilidades de apoiar uma produção e comercialização sem exploração, sendo necessária, para tanto, uma mudança de conduta de cada um na sociedade em prol do bem-estar coletivo.

O que vem aproximando os dois movimentos sociais e os pesquisadores que, por meio de pesquisas-ação ou pesquisas militantes, escrevem sobre um dos dois temas é a construção de grandes pactos para, juntos, enfrentarem os impactos do capitalismo nos sistemas naturais e sociais, desenhando, através de suas estratégias de ação, os contornos de um novo modelo civilizatório. Em 2011, os dois movimentos realizaram um esforço conjunto, com outros movimentos sociais, no sentido de unificar algumas de suas principais pautas e estratégias de ação. Assim, realizou-se o *Encontro Nacional de Diálogos e Convergências – Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo*. O encontro contou com a participação de diversos espaços de articulação de movimentos sociais com grande representatividade no Brasil. Animados pelo clima de mobilizações mundiais em prol das lutas democráticas e que se iniciaram com a Primavera Árabe, o encontro realizou-se com forte inspiração nas diretrizes propostas pelos Indignados do 15M da Espanha ou o “Occupy Wall Street” dos Estados Unidos, além da Primavera Árabe, tendo como eixos principais de trabalho as seguintes questões:

- Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Justiça Ambiental;
- Mudanças Climáticas: impactos, mecanismos de mercado e agroecologia como alternativa;
- Agroenergia: impactos da expansão dos monocultivos para os agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e utilização de energia no campo;
- Defesa da Saúde Ambiental e Alimentação Saudável e o combate aos Agrotóxicos e aos Transgênicos;
- Direito dos agricultores, povos e comunidades tradicionais à livre utilização da biodiversidade;
- Soberania Alimentar e Economia Solidária: produção, mercados, consumo e abastecimento alimentar.

As temáticas relacionadas ao território se fizeram presentes em todas as etapas de preparação e realização do encontro já que o diálogo se dá eminentemente no âmbito local. Concordando com esse pressuposto, também escolhemos o território como centralidade das convergências e diálogos dos dois movimentos. Porém, antes de entrarmos nesse debate, vale ressaltar que ele vem sendo fortalecido pela compreensão do conceito de Soberania Alimentar nos espaços de articulação tanto do movimento de economia solidária como de agroecologia.

Em 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, a Via Campesina apresentou, pela primeira vez, o conceito de Soberania Alimentar, como estratégia central para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. Desde sua criação, o conceito foi melhorado e ampliado, passando a ser adotado por diferentes movimentos sociais do campo e da cidade, além de alguns organismos internacionais<sup>5</sup> e governos nacionais<sup>6</sup>, como maneira de reivindicar a construção de um sistema agroalimentar democrático e autogestionado pelo povo e não por umas poucas empresas multinacionais, tanto no âmbito interno dos países como no âmbito de organismos supranacionais ou internacionais como a Organização Mundial de Comércio.- OMC

A Declaração de Nyélény (2007) define a Soberania Alimentar como o:

direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses das gerações actuais e futuras. Oferece-nos uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual; orientar prioritariamente os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para as economias locais e os mercados locais e nacionais; outorga o poder aos camponeses, à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional; coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo como bases para a sustentabilidade do meio ambiente, social e econômica. Promove o comércio transparente, de forma a garantir condições de vida dignas para todos os povos e o direito dos consumidores de controlarem a própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão da nossa terra, territórios, águas, sementes, animais e a biodiversidade estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos, classes sociais e gerações.

5 O Parlamento Latino-americano – Parlatino aprovou no ano 2012 a Lei Marco do Direito à Alimentação, Segurança e Soberania Alimentar.

6 A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia resguarda a soberania alimentar como principio constitucional a ser atendido: “Artículo 255. I. Las relaciones internacionales y la negociación, suscripción y ratificación de los tratados internacionales responden a los fines del Estado en función de la soberanía y de los intereses del pueblo. II. La negociación, suscripción y ratificación de tratados internacionales se regirá por los principios de: ... 8. Seguridad y soberanía alimentaria para toda la población; prohibición de importación, producción y comercialización de organismos genéticamente modificados y elementos tóxicos que dañen la salud y el medio ambiente.”

No ano de 2010, na Conferência dos Povos sobre Mudança Climática realizada em Cochabamba, Bolívia, ratifica-se o conceito, afirmando que o mesmo faz referência ao “direito dos povos a controlar suas próprias sementes, terra e água, garantindo através de uma produção local e culturalmente apropriada o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos em complementação com a Mãe Terra e aprofundando a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada de cada nação e povo”(CARO, 2013, p.3). Acrescenta-se a essa definição o conceito de bem viver como forma de enriquecer e aprofundar a compreensão de que Soberania Alimentar não é somente uma diretriz abstrata, mas traz no seu seio outro projeto de sociedade.

Assim, os três conceitos (agroecologia, economia solidária e soberania alimentar) se relacionam de forma inevitável. A luta contra a organização hegemônica dos sistemas agroalimentares no planeta, completamente controlada pelo capitalismo, e a construção de estratégias para a articulação de um outro modo de produzir e viver a partir de uma alimentação saudável só faz sentido quando, nos territórios, agroecologia e economia solidária se articulam. As práticas de diferentes camponeses que enfrentam no cotidiano o agronegócio e sua lógica destruidora somente logrará êxito se articuladas a partir de uma produção, comercialização, consumo e finanças que coloquem o ser humano e a natureza no centro de sua ação transformadora.

### **O território como lugar de articulação das práticas**

Uma das questões centrais do conceito da soberania alimentar é o território. O território é o lugar onde se constroem os pilares dos diferentes tipos de sociabilidade. Assim, o mesmo se apresenta como lugar de disputa de diferentes projetos de sociedade e diferentes vivências do campo. Segundo Fernandes (2009, apud Rosset y Martínez-Torres, 2013, p.4),

as disputas sobre territórios imateriais estão caracterizadas pela formulação e defesa de conceitos, teorias, paradigmas e explicação que são usadas para convencer outros. Em outras palavras, o poder para interpretar e para determinar a definição e conteúdo de conceitos é em si um território em disputa.

Esse território imaterial (ou territorialidade) global está majoritariamente dominado pela cultura capitalista, a partir da construção de um discurso hegemônico, tanto nos organismos internacionais como nas esferas nacionais e locais de poder, inclusive as universidades. Com um discurso baseado na necessidade de aumentar a produtividade e avançar em termos tecnológicos para conseguir alimentar a população mundial e fazer frente às mudanças climáticas, o agronegócio e a indústria da biotecnologia buscam convencer a população de que não há outro caminho possível que não seja aquele apresentado por eles mesmos (monocultivos com intensa utilização de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados).

Os debates acerca da importância do território para o fortalecimento das práticas de agroecologia e de economia solidária tem sido cada vez mais recorrentes. Para os dois movimentos, o debate sobre o modelo agroalimentar

tem que articular necessariamente a soberania alimentar, a emancipação econômica de trabalhadores nos territórios, a promoção da saúde pública e a preservação ambiental. No âmbito deste artigo, compreendemos o território como elemento formador de identidade e, assim, concordamos com Milton Santos (2002, p.10) quando ele afirma que:

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Esse entendimento pode ser complementado com a proposição de Souza (1995, p.78-79) de que o território deva ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ou seja, ele é “essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”

Embora mais difundida, a ideia de território não se restringe apenas àquela da escala nacional associada com o Estado enquanto instância gestora. Territórios existem e podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, tanto espaciais como temporais. Assim, podemos identificá-lo desde uma dada rua a uma dada configuração regional, ou ainda a partir de um dado recorte temporal de dias até séculos. (SOUZA, 1995).

Assim, o sentido relacional presente na definição do território traduz a incorporação, simultânea, do conjunto das relações sociais e de poder, e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido. Além disso, esse sentido relacional implica que consideremos que o significado do território não apenas se vincula às ideias de enraizamento, estabilidade, limite, fronteira, fixidez, mas também às ideias de movimento, de fluidez, de conexão (HAESBAERT, 2002).

Por fim, concordamos com Offner e Pumain (1996, p.118) que durante o processo de produção do território, ele é reapropriado, praticado e vivenciado distintamente pela sua população, o que permite também designar sua territorialidade. Para eles, ela reflete as múltiplas dimensões desse vivido territorial em que os atores sociais “vivenciam, simultaneamente, o processo territorial e o produto territorial através de um sistema de relações produtivas (ligadas ao recurso) ou existenciais (relevando a construção identitária, portanto da memória coletiva e da representação)”.

Nesse sentido, considera-se o território como elemento aglutinador de práticas de agroecologia e economia solidária, que possuem uma grande quantidade de iniciativas similares, às vezes as mesmas, que estão se concretizando nos territórios e contribuindo para a **consecução do direito a uma alimentação adequada a partir da democracia econômica**. Isso ocorre a partir da existência de dezenas de milhares de iniciativas de economia solidária e agroecologia, especialmente as que estão articuladas e organizadas em redes e circuitos de produção, comercialização e consumo. Tais iniciativas fortalecem a economia e a cultura local, enfrentando a desterritorialização, as desigualdades de gênero, raça e etnias inerentes ao atual padrão hegemônico de produção e

distribuição agroalimentar, tal e como afirma a Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências de 2011.

As identidades de ambos os movimentos se comunicam e se aperfeiçoam na prática de cada indivíduo/grupo presente nos territórios. Assim, vemos como nos documentos formulados nos três Encontros Nacionais de Agroecologia (realizados pela ANA) e nas duas últimas Plenárias Nacionais de Economia Solidária (realizadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES) se realiza um esforço para criar confluências importantes de modo que as ações se comuniquem, realizem intercâmbios e somem suas formas de ação e saberes.

A agroecologia, assim como a economia solidária, contribuem para o restabelecimento dos vínculos destruídos pelo capitalismo responsável por um modelo de agricultura destruidor dos ecossistemas locais. Esses vínculos nos mostram um tipo de resgate do modo de viver e de interagir com o meio, próprio dos povos indo-americanos e de alguns setores do campesinato, que estabelecem uma relação de reciprocidade com a natureza, mantendo-a viva para dela retirar seu próprio sustento. Além disso, a agroecologia e a economia solidária em muito contribuem para a construção de um processo de autonomia crescente na produção e reprodução de seu modo de vida.

Nesse sentido, a luta pelo bem viver, pelo acesso a uma alimentação saudável e pela aproximação das estratégias de ação na realidade são tônicas dos movimentos sociais de agroecologia e economia solidária a partir de uma lógica territorial. Isso significa pensar o desenvolvimento numa ótica sustentável desde a construção de uma nova cultura política.

O relatório final da V Plenária do FBES indica que:

é fundamental lutarmos não apenas pela sobrevivência individual ou de nossas organizações, mas pelo bem comum, através da democratização dos processos que beneficiem os interesses coletivos, e isso se faz na prática através do fortalecimento das estruturas e institucionalidades coletivas (fóruns, redes, coletivos, etc.). Queremos contribuir para a consolidação do Movimento de Economia Solidária, e interagir com nossa comunidade, valorizando o conhecimento local, através do trabalho associativo. Apresentar a realidade, através de práticas educativas, combatendo o individualismo e as práticas excludentes, e dando visibilidade ao bem que este trabalho pode proporcionar à sociedade e a cada pessoa em sua vida pessoal. (FBES, 2013, p. 34).

Por outro lado, nos anais do III Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, promovido pela ANA, temos que:

em contraposição aos moldes do sistema agroalimentar hegemônico, a perspectiva de construção de estratégias de mercados e de abastecimento de alimentos na agroecologia está pautada na aproximação entre agricultores e consumidores; na conservação e uso sustentável dos ecossistemas e da agrobiodiversidade; no resgate e valorização da agrobiodiversidade e da cultura alimentar; e na facilitação e popularização do acesso aos produtos agroecológicos. Para tanto, as organizações da agricultura familiar e camponesa agroecológica desenvolvem redes e circuitos de comercialização que articulam em diferentes níveis – local, regional e nacional – a solidariedade, o consumo responsável, a soberania e segurança alimentar e nutricional, aproximando a agroecologia e a economia solidária. (ANA, 2014, p 55 -56)

Portanto, são principalmente as estratégias de comercialização e consumo os motes de articulação da agroecologia e da economia solidária na luta pela transformação dos territórios de convergência das práticas. A construção de uma nova cultura econômica passa pelo resgate das vivências de reciprocidade outrora utilizadas e destruídas pelo capitalismo. Para tanto, precisamos alterar a centralidade da atividade econômica, deslocando o seu foco do único objetivo de geração de lucro para a busca do bem viver dos seres humanos nela implicados. E, para tanto, rediscutir a noção de mercado, considerando-o como lugar de troca de excedentes e rearticulando-o com a reciprocidade ainda fortemente presente na lógica camponesa, é, a nosso ver, o ponto de partida.

### **A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E A CONQUISTA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO**

Parece existir uma conexão clara entre diferentes elementos que possibilitam o pleno exercício das capacidades humanas e o pleno acesso das pessoas a uma alimentação saudável de um ponto de vista nutricional, assim como social e ecológico. Desse modo, as práticas agroecológicas trazem elementos que as colocam num lugar privilegiado, conectando-as com as práticas de economia solidária, a partir da construção de outro tipo de ruralidade.

Segundo dados do Sistema de Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, os agricultores familiares são atualmente a maioria dos empreendimentos de economia solidária, principalmente no Norte e Nordeste do País. Embora não possamos estimar qual a porcentagem dos agricultores identificados que praticam agroecologia, reiteramos que existe um movimento crescente para dentro dos espaços de debate da economia solidária que afirmam a impossibilidade da construção de autonomia sem uma prática agroecológica. Somente por meio da agroecologia os sujeitos poderão consolidar processos autogestionados e de contestação ao controle exercido pelas grande corporações do sistema agroalimentar.

**TABELA 1. Distribuição dos EES por predominância da atividade econômica dos sócios**

Atividade	Total	%	% Cumulativa
Agricultores familiares	7.158	47,7	47,7
Artesãos	3.413	22,7	70,4
Outros trabalhadores autônomos/por conta própria	1.141	7,6	78,1
Não se aplica ou não há predominância	987	6,6	84,6
Assentados da reforma agrária	734	4,9	89,5
Desempregados (desocupados)	613	4,1	93,6
Catadores de material reciclável	591	3,9	97,5
Artistas	196	1,3	98,9
Técnicos, profissionais de nível superior	162	1,1	99,9
Garimpeiros ou mineiros	10	0,1	100
<b>Total</b>	<b>15.005</b>	<b>100</b>	

Fonte: IPEA. 2014

Nesse sentido, tanto no campo da agroecologia como da economia solidária rural, os temas da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação são chaves para a sustentabilidade das experiências. Interessa esclarecer que quando falamos de soberania e segurança alimentar não estamos falando somente da realização de políticas públicas de caráter emergencial ou de urgência, com foco nas populações em estado de vulnerabilidade evidente. Referimo-nos a uma série de medidas de caráter público, que não necessariamente estatal, que vão desde a conservação e o fortalecimento dos aspectos relacionados à: a) **produção**, tais como: acesso à água, resgate e conservação de sementes crioulas, acesso à terra, diversificação da produção, autoconsumo, respeito ao meio ambiente e convivência harmoniosa com a natureza; b) aspectos relacionados com a **distribuição e comercialização**, tais como: acesso a mercados, acesso a crédito, valorização da mão de obra dos e das trabalhadoras, infraestruturas de transformação, conservação e abastecimento; c) assim como aspectos relacionados à **cultura e à saúde** das pessoas, tais como alimentos culturalmente apropriados, alimentos sem agrotóxicos, consumo consciente etc.

Atualmente existe um grave problema relacionado ao tipo de alimentação a que tem acesso a maioria das pessoas nos mercados convencionais e que são resultado de um processo de desenvolvimento tecnológico da agricultura e da indústria agroalimentar. O fomento do monocultivo com a utilização massiva de agrotóxicos e, mais recentemente, de sementes transgênicas, associada ao barateamento de uma alimentação hiperprocessada como uma estratégia da indústria agroalimentar para massificar o consumo de determinados “cultivos comerciais”, vem conseguindo grande inserção nos mais diferentes estratos da sociedade, tanto na cidade como no campo.

Esse tipo de alimentação, além de excluir o ser humano do contato com a terra, provoca a perda de biodiversidade, escassez e contaminação das águas e dos solos agricultáveis. Parece também estar causando enormes problemas para a saúde humana, além de comprometer a soberania alimentar das comunidades. Infelizmente, os meios de acesso a alimentos saudáveis e culturalmente adequados estão se tornando cada vez mais escassos, enquanto abundam nos supermercados alimentos industrializados, ou alimentos *in natura* contaminados por agrotóxicos.

O Artigo 11 do Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC reconhece a alimentação e a proteção contra a fome como um direito fundamental. O PIDESC compromete os Estados signatários a adotar medidas que garantam o acesso da população a alimentos adequados. Desde sua elaboração inicial, o direito à alimentação foi amplamente interpretado e esclarecidas as condições necessárias para sua implementação. Na Declaração de Salvador-Bahia de 2008, explicitou-se o respaldo da totalidade dos 33 países latinoamericanos à Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome, promovendo “ações para garantir a segurança alimentar e nutricional, por meio de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento rural, a produção sustentável de alimentos, sua inocuidade, sua distribuição e comercialização.” (PARLATINO, 2012)

Segundo Valente (2003, p.55), a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada depende, entre outras coisas, da disponibilidade e do acesso a alimentos saudáveis e seguros produzidos de forma sustentável. Deste modo, a abordagem das dimensões da disponibilidade e do acesso<sup>7</sup> nos remete necessariamente à temática do abastecimento.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (2015) afirma que a disputa de concepções sobre estratégias de abastecimento alimentar possuem relação não somente com os aspectos relacionados à produção e ao consumo, mas também aos papéis exercidos pelos mecanismos de mercado e de intervenção do Estado. Vale ressaltar ainda o papel do comércio internacional e o peso que exercem as grandes corporações do sistema agroalimentar globalizado nos sistemas comerciais locais.

O CONSEA (2015, p.20) entende por abastecimento:

o conjunto, diverso e complexo, de atividades e atores que mediam a produção e o acesso aos alimentos. Assim, uma política de abastecimento diz respeito tanto à garantia do acesso contínuo aos alimentos pelas populações de menor renda e grupos mais vulneráveis, como também o acesso a uma alimentação adequada e saudável pelo conjunto da população.

Neste sentido há um esforço por parte da sociedade civil organizada para fomentar a criação de estruturas de mercado sustentáveis tanto ambiental, como socialmente. Os diversos tipos de comercialização solidárias (feiras, grupos de consumo, trocas, etc) entram em cena como alternativas reconhecidas desde as principais instâncias que debatem esta temática.

Mais uma vez agroecologia e economia solidária vão de mãos dadas na hora de elaborar ações que possibilitem transformar esta realidade. Segundo o Informe do Grupo de Trabalho da ANA sobre Soberania e Segurança Alimentar, as estratégias para lograr disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis produzidos de maneira sustentável, passam por considerar as seguintes questões (ANA, 2010, p.72):

- diversificação da produção de alimentos e da agrobiodiversidade;
- estabelecimento de novas relações de mercado;
- resgate das culturas alimentares;
- educação alimentar e para o consumo;
- políticas públicas e mercados institucionais.

<sup>7</sup> Segundo a FAO, a Segurança Alimentar e Nutricional possui quatro dimensões: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. Para aprofundar no debate sobre este tema, ver PEIXOTO, 2016.

A articulação de meios e elementos que visam construir outras formas de sociabilidade, tocando questões fundamentais como a própria lógica do mercado ou a relação campo-cidade, são basicamente as mesmas tanto em agroecologia como em economia solidária. Nesse sentido, entendemos que o diálogo entre ambos os movimentos passa necessariamente por questionar e ressignificar a relação campo-cidade.

A promoção de circuitos curtos de comercialização, com base na relação direta entre produtor e consumidor, visa, além da aproximação de perspectivas e olhares diferentes sobre o território, a corresponsabilização de ambos os extremos da cadeia pelas atividades produtiva e comercial. Desse modo, pretende-se promover a reapropriação do mercado pelas pessoas, já que o mesmo encontra-se atualmente alienado nas mãos de uma infinidade de intermediários, especialmente as grandes cadeias de distribuição. Entretanto, essa bandeira de luta muitas vezes se restringe a uma relação que conecta o produtor rural ao consumidor final da cidade, sem perceber que existe um universo de iniciativas que realizam a compra de insumos no mercado capitalista convencional, com as consequências ambientais e sociais que isto acarreta. Além disso, nem sempre comercializar um alimento saudável significa, para os agricultores que o fazem, consumi-lo.

Para tanto, é necessário o resgate da cultura alimentar e a construção de outras relações de intercâmbio que possuam em sua essência um amplo leque de possibilidades de interação monetária mas também não monetárias. Relações que tenham como fundamento a reciprocidade entre as pessoas e destas com a natureza.

Em contraposição ao regime agroalimentar hegemônico, a perspectiva agroecológica e da economia solidária para a construção de mercados e de abastecimento de alimentos funda-se em princípios e práticas que favorecem a aproximação entre agricultores e consumidores, priorizando circuitos curtos de comercialização; a conservação e a valorização da agrobiodiversidade e das culturas alimentares regionais; o uso sustentável dos ecossistemas; a facilitação e a popularização do acesso aos produtos agroecológicos; o reconhecimento do papel essencial do autoconsumo como prática da agricultura familiar e camponesa; e a contribuição estratégica das mulheres para o abastecimento alimentar (ANA, 2014).

A conexão entre agroecologia e economia solidária se faz visível a partir da estratégia das experiências de articulação em redes e circuitos de comercialização que conectam em diferentes níveis (do local, ao nacional) a solidariedade, o consumo responsável, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, entre outros. Neste sentido, um grande desafio é a concepção de mercado que orienta as ações das iniciativas vinculadas aos dois movimentos. Segundo Tygel y Schimitt (2009, p.121),

a construção de mercados diferenciados, seja para produtos orgânicos ou agroecológicos, seja para os produtos da economia solidária, coloca no centro do debate algumas questões cruciais incluindo: (i) normas e critérios de enquadramento e seus possíveis impactos sobre práticas de comercialização já existentes; (ii) a capacidade desses novos mercados de garantir (ou não) a inclusão de grupos e produtores(as) com menor capacidade de mobilização de recursos políticos, econômicos e organizacionais; (iii) as relações entre o Estado e as organizações da

## Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional

sociedade civil, na gestão compartilhada desses mercados; (iv) a interação entre esses nichos ou segmentos de mercado e lutas mais abrangentes contra as diferentes formas de exploração do trabalho humano e dos recursos naturais impostas pelas relações mercantis capitalistas.

Aqui podemos considerar também os mercados de compras institucionais que atualmente constituem um canal importante e fundamental para garantir o direito à alimentação. Além de garantir o acesso a uma alimentação adequada, esses programas estão, em parte, dentro da lógica governamental de adoção de medidas cujo foco é combater o problema estrutural da fome que sempre afetou extensas regiões do Brasil, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA<sup>8</sup>, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE<sup>9</sup>. O apoio do governo para que os agricultores produzam de maneira sustentável e ambientalmente correta se apresenta como um aspecto fundamental não somente para a geração de trabalho e renda, mas também para ampliar o acesso a alimentos de boa qualidade, culturalmente adequados e a preço acessível. Interessa ressaltar que ambos os programas contribuem à diversificação da produção e para a melhoria da qualidade dessa produção para o auto-consumo na mesma lógica dos espaços de comercialização solidaria.

Devemos considerar a criação de mercados nos quais o alimento retome seu significado cultural, nutricional e social. Diferentemente do que ocorre no mercado convencional, para a economia solidária e a agroecologia, o alimento não pode ser tratado como mercadoria, sob o risco de perder sua conexão com a terra e a natureza, e provocar uma artificialização extrema do mesmo. Por isso a importância de reivindicar o direito humano à alimentação vinculado a uma produção agroecológica e a uma comercialização solidária.

Maluf (2014, p.59) adverte que estes são,

desafios específicos se colocam para o resgate de culturas alimentares locais e circuitos curtos de produção assentados em produtos diferenciados, com vistas a ir além do preenchimento de nichos de mercado em favor de uma visão mais estratégica do papel dessas culturas para uma discussão ampliada de abastecimento alimentar comprometido com a soberania e segurança alimentar e nutricional.

8 Instituído através do art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e tem por finalidade promover o acesso a alimentos e incentivar la agricultura familiar.

9 Lei nº 11.947/2009 e Resolução nº 38/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE/2009

Em tudo isso, é central o papel dos jovens como disseminadores dos processos de construção da soberania e segurança alimentar e nutricional. Do mesmo modo, as mulheres são sujeitos de vital importância como guardiãs de valores fundamentais para a consecução da autonomia, a tradição alimentar, as sementes e outros elementos que contribuem para a garantia do direito à alimentação adequada. Ressaltamos, ainda, a importância dos processos políticos de organização social que são essenciais às transformações estruturais necessárias à construção de uma sociedade mais sustentável no tempo e no espaço.

Apesar das inúmeras pautas em comum e dos esforços de algumas instâncias de ambos os movimentos por conseguir consolidar uma identidade compartilhada, as diferenças entre agroecologia e economia solidária, ainda que reais, não podem ser consideradas determinantes para um afastamento *per se*. Um debate que poderia criar uma falsa divergência entre agroecologia e economia solidária tem relação com o caráter coletivo da produção. É bem verdade que na agricultura familiar a produção costuma realizar-se em unidades familiares, mas, a partir do momento em que a produção deixa a terra da família, o processo passa a integrar uma dinâmica coletivizada de comercialização, já que esta é a estratégia que melhor funciona na hora de construir mercados autônomos em relação ao mercado capitalista.

Entretanto, cabe considerar que, ainda não estando totalmente coletivizada, a produção familiar também se cruza com dinâmicas coletivas próprias da economia camponesa em diversas ocasiões. Por exemplo, na realização de mutirões, no intercâmbio de experiências, na doação de mudas e sementes, bem como outros insumos, além de ações de apoio mútuo, gestão da água, dos pastos coletivos, entre outros.

Aqui a comercialização justa e solidária tem um papel fundamental em oferecer alternativas às pessoas do campo, ao mesmo tempo que modifica sua prática cotidiana, já que fomenta a capacidade organizativa dos grupos tornando os indivíduos mais conscientes da importância da consolidação de suas experiências, da exigência das políticas públicas e da necessidade de uma maior sensibilização da população em geral em relação a suas práticas.

Como vimos nos diferentes meios nos quais se debate o tema da alimentação, a economia solidária se ergue como alternativa real para garantir o direito humano à alimentação adequada. Os principais aspectos que se deve cuidar na prática:

- a associação necessária com a agroecologia e outras técnicas de produção ambientalmente sustentáveis e socialmente justas;
- o respeito às culturas e aos alimentos tradicionais e regionais;
- a priorização dos circuitos curtos de comercialização;
- a busca de alternativas de comercialização em rede para ampliar o potencial dos intercâmbios solidários;
- a valorização e o favorecimento do abastecimento de alimentos saudáveis e justos através das diferentes estratégias de comercialização local, tais como o pequeno comércio, as lojas de comércio justo, as feiras, os grupos de consumo;
- o fomento ao reconhecimento social do comércio justo e solidário;
- o destaque ao papel fundamental das mulheres tanto na agroecologia como

na economia solidária;

- o incentivo à participação dos jovens em todo o processo (produção/comercialização/consumo);
- o fomento a estratégias de conservação e gestão compartilhada de recursos, tais como as sementes, a água e a terra.

Assim, consideramos como fundamental a articulação da agroecologia e da economia solidária para a construção de mercados econômicos solidários em que a centralidade é o Direito Humano à Alimentação a partir de uma perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. A riqueza oriunda das práticas dos sujeitos desses dois movimentos são fundamentais para que cada vez mais possamos construir tais mercados nos territórios, bem como para enredar as iniciativas no sentido de fortalecê-las no âmbito das práticas de reciprocidade, na troca de saberes e experiências e na consecução de objetivos comuns.

## CONCLUSÕES

A provisoriade das ideias de um artigo científico sempre deve ser considerada quando o concluimos. Muitas das ideias aqui lançadas merecem aprofundamento posterior e estão presentes em nossas agendas de pesquisa. O que importa no debate aqui proposto é, em primeiro lugar, a necessidade de revisitarmos o conceito de “desenvolvimento”<sup>10</sup> que tem alimentado os debates sobre o mundo rural no Brasil. A lógica destruidora do capitalismo nos impregna como se fosse uma “segunda pele” e livrar-se dela é mais do que complexo.

Essa é uma questão a ser considerada sob diferentes ângulos se quisermos pensar numa proposta de transformação social a partir da articulação entre agroecologia e economia solidária. Desenvolver o que, para quê, para quem? Desenvolver para chegar aonde? Para alcançar o quê? Ainda que não tenhamos utilizado esse conceito no âmbito da nossa argumentação, é evidente a necessidade de considerá-lo como elemento de pano de fundo do debate que propomos.

A lógica urbano-industrial e do agronegócio contaminou os sistemas agroalimentares mundiais, que se organizam exclusivamente em torno do propósito do lucro, transformando seres humanos e natureza em mercadorias e desconfigurando a lógica camponesa que é eminentemente agroecológica e econômico solidária. Assim, ao invés de cooperação, temos competição, ao invés de diversidade, temos linearidade, ao invés de produção local, temos escala,

10 A metáfora desenvolvimento amplamente utilizada pelos movimentos da economia solidária e da agroecologia está relacionada ao “não envolvimento”. Ela encerra uma crítica expressa ao modelo de desenvolvimento capitalista que troca a capacidade de SER pela capacidade de TER nos seres humanos, fazendo com que os mesmos não se impliquem nos processos de transformação social nos territórios onde habitam.

ao invés de circuitos curtos temos atravessadores, entre tantos outros aspectos que fazem com que os próprios camponeses e camponesas passem a pensar e agir em coerência com um modo de produção, comercialização e consumo que destroem a sua própria soberania alimentar e segurança nutricional.

A construção de espaços públicos de debate em nível territorial ainda é um grande desafio e a mediação entre os atores que estão vinculados aos movimentos de economia solidária e agroecologia ainda é extremamente necessária. O problema mais sério é quem exerce esse papel de mediação. As organizações da sociedade civil estão cada vez mais fragilizadas na realidade brasileira e com dificuldades de manter as ações e estratégias fundamentais à transformação das realidades dos territórios desde a lógica da economia solidária e da agroecologia, principalmente após os cortes nas políticas públicas de ATER depois do impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

Se, por um lado o apoio das políticas públicas é condição *sine qua non* para que agroecologia e economia solidária aconteçam na realidade, por outro, o papel que o Estado tem desempenhado nessa direção é, por vezes, nefasto. A importância das políticas públicas é inegável para a consecução do direito humano a uma alimentação saudável. No entanto, o ideal desenvolvimentista também tomou conta do Estado de tal forma que recorrentemente é a lógica do agronegócio que orienta editais de políticas públicas, muitas vezes desconectados das necessidades reais dos territórios para os quais elas se direcionam. Assim, assistimos, por vezes, à construção de agroindústrias, à criação de centrais de comercialização, à orientação do crédito, entre outros aspectos, que, ao invés de fortalecer a agroecologia e a economia solidária, destroem o pouco que resta de campesinidade em muitas das regiões do País.

O diálogo do Estado com a sociedade civil se deu nos últimos tempos por intermédio dos conselhos. Entretanto, essa forma de democracia representativa esvazia, de certa forma, o debate na arena pública acerca das demandas da sociedade civil para as políticas públicas. E, para além disso, no momento atual, o esvaziamento desses conselhos, com a total ausência de vontade política para torná-los efetivos torna-os completamente ineficazes. Apesar do contexto desfavorável, o CONSEA é um dos poucos conselhos que ainda está conseguindo se reunir e garantir um espaço de pressão no governo Temer em termos da política pública relacionada ao direito humano à alimentação.

Além disso, é importante salientar que a conjuntura atual exige dos movimentos de economia solidária e agroecologia uma articulação ainda maior, inclusive na perspectiva de replicação da reunião de diálogos e convergências realizada em 2011. Esse encontro das direções políticas dos movimentos é essencial para a construção de uma ação pública (não estatal) articulada a partir dos territórios para a reorganização das estratégias de pressão sobre o governo, bem como a orientação de suas bases para o fortalecimento mútuo na realidade sejam a tônica.

Assim, a principal conclusão é que o direito humano a uma alimentação saudável é algo que ultrapassa os movimentos agroecológico e de economia solidária, que, com certeza têm um papel fundamental para a construção da democracia real, buscar, a partir da igualdade de direitos entre campo e cidade e da capacidade de transformar o paradigma civilizatório atual.

## REFERÊNCIAS

ABREU, L., LAMINE, C. BELLON, S. Trajetórias da Agroecologia no Brasil: entre Movimentos Sociais, Redes Científicas e Políticas Públicas. **Rev. Bras. de Agroecologia**/nov. 2009 Vol. 4 No. 2

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. Informe Soberania e Segurança Alimentar na Construção da agroecologia: sistematização de experiências. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/publicacoes-da-ana/publicacoes-da-ana/agroecologia-e-ssan-pdf/detail>.

\_\_\_\_\_. Anais do III Encontro Nacional de Agroecologia - ENA Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2014.

\_\_\_\_\_. Carta Política III Encontro Nacional de Agroecologia – ENA em Juazeiro da Bahia. Rio de Janeiro. ANA. 2014.

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: **A outra economia: conceitos essenciais**. Antonio David Cattani (Org.) - Porto Alegre: Veraz Editores, p. 232 – 242, 2003.

BRANDENBURG, A. **Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Caminhos da agricultura. ANPPAS, 2002.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. In: **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CARO, Pamela. Soberanía alimentaria: aproximaciones a un debate sobre alternativas de desarrollo y derechos de las mujeres. In: **El Libro abierto de la Vía Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza**. La Vía Campesina. 2013. Disponível em:

<http://www.viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/49-uncategorized/articles/1732-el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza>

CARTA POLÍTICA do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, Salvador, Bahia. 28 e 29 de Setembro de 2011. Disponível em: <http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>.

CONSEA. Documento de Referência da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. CONSEA. Brasília. 2015. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/documentos-da-5deg-conferencia/versao->

online.pdf/view

CORAGGIO, Jose Luis. **Economía Social y Solidaria**. El trabajo antes que el capital. Ecuador: Ediciones Abya Yala. 2011. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/economiasocial.pdf>

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY – Foro Mundial Pela Soberania Alimentar. 2007. Nyéléni, Selingue, Malí. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>.

DUBEUX, A.; MEDEIROS, A.; VILAÇA, M.; SANTOS, S. (Org.). **A construção de conhecimentos em Economia Solidária**: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste. Recife. F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012.

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Documento Final V Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília. FBES, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de y LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2004.

GAIGER, Luis Inacio. La Economía Solidaria y el Capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In: **Economía solidaria y subjetividad**. Compilado por José Luis CORAGGIO. 1ª Ed. Buenos Aires. Altamira, p.79-109, 2007.

HAESBAERT, R. Concepções de território para a entender a desterritorialização. In: **Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF**. Território, Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ, p.17-38, 2002.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os Novos dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil**: apontamentos iniciais para o debate. Mercado de Trabalho. Nº 57. ago/2014. p. 69-82. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57\\_economia2](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt57_economia2)

MALUF, Renato. **Informe O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Um retrato multidimensional Brasília FAO.2014 p. 58 e 59. Disponível em: [https://www.fao.org.br/download/SOFI\\_p.pdf](https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf)

OFFNER, J-M. e PUMAIN, D. **Réseaux et territoires**: Significations croisées. Paris: Ed. de l'Aube, 1996.

PARLATINO (PARLAMENTO LATINOAMERICANO). Ley Marco Derecho a la Alimentación, Seguridad y Soberanía Alimentaria. Parlatino. Panamá. 2012. Preámbulo. Disponible en: <http://www.fao.org/3/a-au351s.pdf>.

PEIXOTO, Marcela. **La construcción de mercados solidarios de base campesina y la garantía del Derecho Humano a la Alimentación**. La Comunidad de Marrecos, en

**Pernambuco-Brasil.** 2016. Tese. (Programa de Doutorado Pasado y Presente de los Derechos Humanos). Universidad de Salamanca, Salamanca, España, 2016

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. **La Vía Campesina y Agroecología.** El libro abierto de la Vía Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza. Internet. 2013. Disponible en: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-6/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/49-uncategorized/articles/1732-el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza>

SANTOS, M. Território e Dinheiro. In: **Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.** Território, Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al.(Orgs). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995. p.77-116.

TYGEL, Daniel y SCHMITT, Claudia Job. 2009. Agroecología e Economía Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org). Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009. p.105 – 128.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade** v.12, n.1, p.51-60, jan-jun 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>

**ANA DUBEUX.** Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris I – Panthéon – Sorbonne. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Brasil. Rua Marechal Rondon, 80 Casa Forte Recife – PE CEP – 52061-050. Membro do Núcleo de Agroecologia e Campesinato [anadubeux66@gmail.com](mailto:anadubeux66@gmail.com)

**MARCELA PEIXOTO BATISTA.** Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca – Espanha  
Sítio Pintor Fazenda Santo Antonio Zona Rural Bonito-PE CEP: 55680-000  
[marpeixotob@gmail.com](mailto:marpeixotob@gmail.com)

Submetido em: 01/03/2017

Aprovado em: 10/04/2017